

Falta de vaga em UTI gera dívida

Paulo de Araújo/CB - 4/5/04



LEITOS DA REDE PÚBLICA SÃO INSUFICIENTES: RECÉM-NASCIDOS SÃO MAIORIA DOS 30 PACIENTES MANDADOS PARA HOSPITAIS PARTICULARES DIARIAMENTE

RAIO-X

30

pacientes são encaminhados diariamente às UTIs particulares por falta de vagas nos hospitais públicos

R\$ 1,2
MILHÃO

é o custo mensal da terceirização do atendimento hospitalar

R\$ 20
MILHÕES

é quanto o governo deve aos hospitais particulares por causa dos encaminhamentos

Regulação, criada no ano passado exclusivamente para resolver esses casos, que se transformaram em um dos principais problemas financeiros da secretaria.

Para os donos dos hospitais particulares, a situação ficou insustentável. "Sem o pagamento, os hospitais não têm mais como subsidiar o GDF. Se continuarmos com o prejuízo, teremos que fechar as portas de nossas instituições", diz a gerente executiva do Sindicato Brasiliense dos Hospitais, Casas de Saúde e Clínicas (SBH), Danielle Feitosa.

Decisão

Até sexta-feira, os representantes do setor decidem quando vão suspender a terceirização. O SBH garante que os hospitais Santa Lúcia, Santa Helena, Prontonorte, Santa Luzia, Brasília, Daher, Anchieta, Santa Marta e Hospital das Clínicas de Brasília têm crédito com o governo. A dívida é pelos atendimentos feitos antes do acordo para assinatura dos contratos com o governo, quase todos realizados por determinações judiciais. "Nem todos quiseram fechar acordo com a Secretaria de Saúde em função dos atrasos", afirma Danielle.

O sindicato decidiu apelar para que o Ministério Público do DF (MPDF) deixe de recorrer à Justiça para os pacientes serem socorridos pelos hospitais particulares. "Argumentamos que eles estão gerando um passivo que o governo não tem como pagar", explica a gerente do SBH. O promotor Diaulas Costa Ribeiro, da Promotoria de Defesa dos Usuários do Serviço de Saúde (Pró-Vida), reconhece que os hospitais estão em situação difícil. O MPDF foi responsável pela maioria das ações judiciais que determinou o atendimento dos pacientes.

Diaulas afirma que a inadimplência do governo provocou um clima de "constrangimento" entre os promotores. "O que está acontecendo é confisco da propriedade privada porque a obrigação de administrar esta situação é do governo", critica.

O procurador-geral do MPDF, Leonardo Bandarra, ainda analisa como os promotores deverão agir caso os pacientes fiquem sem leitos de UTI.

CECÍLIA BRANDIM

DA EQUIPE DO CORREIO

A falta de leitos nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) dos hospitais públicos chegou ao limite. Por dia, cerca de 30 pacientes em estado grave ficam à espera de atendimento em uma das 202 vagas da rede. Esses casos acabam encaminhados pela Secretaria de Saúde a unidades particulares. O custo, de R\$ 1,2 milhão mensal, tornou-se alto para o governo, que há três meses não paga pela terceirização. Por causa da falta de dinheiro, nove hospitais particulares anunciam a suspensão do serviço.

Os donos dos hospitais dizem que o Governo do Distrito Federal (GDF) lhes deve R\$ 20 milhões, referentes a dívidas acumuladas desde 2003. Em julho do ano passado, quando o montante atingiu R\$ 10 milhões, representantes do setor firmaram acordo com o GDF para que o valor fosse pago em parcelas. No entanto, apenas R\$ 4 milhões foram repassados.

O diretor executivo do Fundo de Saúde da Secretaria de Saúde do DF, José Maria Freire, reconhece a dívida. Ele alega que não há recursos para investir nos hospitais públicos e que o governo deve continuar dependendo do setor privado. "Para dar conta desses pacientes seria preciso fazer obras, adquirir equipamentos, contratar profissionais. Isso não é coisa para pouco tempo", explica.

O representante da Secretaria de Saúde diz ainda que não sabe como e quando poderá ser paga a dívida. Mesmo assim, o GDF continuará alugando 51 leitos de UTIs, entre eles, 10 de atendimento neo-natal. Por enquanto, há previsão apenas para aquisição de equipamentos para as UTIs, que será feita por licitação. O edital não está pronto. "Os recursos são escassos. O secretário (José Geraldo Maciel) passou a lista das dívidas para a Fazenda, que analisa o caso", diz Freire.

O compromisso era que a partir de agosto passado os atendimentos seriam feitos apenas por hospitais que assinassem um contrato com a Secretaria de Saúde. Os valores seriam tabelados. O aluguel de cada UTI passou a ser analisado por uma Central de

MEMÓRIA

Santa Juliana tem crédito

A terceirização das internações em Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) transformou-se em um dos maiores escândalos da saúde do Distrito Federal. Entre 2003 e 2004, o principal destino dos pacientes que precisavam de atendimento foi o hospital Santa Juliana, em Samambaia. O então secretário de Saúde, Arnaldo Bernardino, e o sócio do hospital, Alberto Jorge Madeiro Leite, foram acusados de participar de um esquema de desvio de recursos públicos.

A denúncia partiu do resultado de uma auditoria feita pelos técnicos do Departamento Nacional de Auditoria do Sistema Único de Saúde (SUS), que identificou o repasse de 98,63% dos recursos do DF para esses atendimentos ao Santa Juliana. Em 2005, o caso foi investigado por uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) criada pela Câmara Legislativa. A conclusão foi de que houve favorecimento. Os ministérios públicos Federal e do Distrito Federal analisaram o relatório final da CPI e apontaram 19 envolvidos no esquema, entre servidores públicos e funcionários da iniciativa privada. Todos

foram denunciados por formação de quadrilha, peculato e improbidade administrativa, entre outros crimes.

O Santa Juliana recebeu R\$ 3,31 milhões do SUS, apesar de ter oferecido atendimento precário aos pacientes. O hospital ainda está na lista de credores do governo. De acordo com o diretor executivo do Fundo de Saúde do DF, José Maria Freire, resta uma dívida de R\$ 3 milhões que será paga apenas quando a Justiça determinar. O valor deve ser ajustado à tabela atual da secretaria, inferior à que era cobrada pelo hospital. O hospital foi fechado durante as investigações e não voltou a funcionar.